



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Artes e Comunicação

Arquitetura e Urbanismo

ANÁLISE DA CARTA DE BURRA (2013) SOB O OLHAR FENOMENOLÓGICO

TOMÁS MAGALHÃES CASADO

TRABALHO DE CURSO

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Casado, Tomás Magalhães.

Análise da Carta de Burra (2013) sob o olhar fenomenológico / Tomás Magalhães Casado. - Recife, 2023.

50 p. : il., tab.

Orientador(a): Tomás de Albuquerque Lapa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Teoria do Restauro. 2. Fenomenologia. 3. Carta. 4. Corrente filosófica. 5. Patrimônio. I. Lapa, Tomás de Albuquerque. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Micheline, por sempre estarem me apoiando, mas também por sempre segurarem a minha mão, impedindo-me de sair da linha. Por sempre serem uma casa para onde posso retornar para me sentir bem e acolhido. E, claro, ao meu cachorro, Chico Science Magalhães Casado, por demonstrar um amor tão puro e revigorante.

À minha irmã, Maria Emília, por sempre demonstrar apoio e interesse aos meus gostos, mas também por me dar o privilégio de vê-la crescer, evoluir e conhecer mais do mundo sob sua ótica. Se nossos pais são minha casa, você é a fundação dela.

À Larissa Sotero e a Edilson Castro, minhas “pernas” no início da graduação, pois não descolamos um do outro por um bom tempo. Mas, quando assim o fizemos, pudemos compartilhar tantas outras experiências e conhecimentos. Por vocês, só sinto orgulho.

A Lucas Xavier, pelo companheirismo e pela amizade. Ter dividido o mesmo local de trabalho e nos aproximado mais ainda por conta disso foi um dos pontos mais altos desses últimos anos para mim. Compartilhamos frustrações, conquistas e experiências que me fazem te considerar um irmão.

A Alana de Almeida, por todo o tempo que ficamos juntos e conversamos tanto sobre qualquer assunto enquanto percorremos as ladeiras de Olinda. Ouvir e ver o mundo por sua ótica é inspirador e lindo; sua presença é insubstituível, bem como sua arte.

A Lohanna Savino, pelas palavras de encorajamento e pela disponibilidade em ajudar sempre que estive precisando. Pelos gostos em comum que nos uniram e pelo compromisso grandioso com suas próprias metas, pois decerto inspiram qualquer um.

A Vinicius Rocha, que por alguns semestres foi minha dupla em qualquer grupo que participamos. Por sua visão e organização nos trabalhos, reflexo de seus próprios gostos pessoais que são demonstrados pelo carinho posto, alguns dos quais pude participar.

Ao GE10, o que nunca existiu, mas sempre estive ali em conversas, apoios e companheirismos. A Caio Cezar, a Paula Miron, a Julia Jaeger, a Gabriella Mariana,

a Maria Luiza Mariz, a Antônio Neto e a Matheus Henrique de Medeiros. Tudo só valeu mais a pena por ter vocês ao lado.

A Tomás Lapa, pelas orientações e apoio durante o tempo que nos reunimos para debater o trabalho. Pela sinceridade e por toda a vontade de ajudar entregue a mim com bom humor e sorrisos.

Aos funcionários do CAU/PE, local no qual estagiei pelos últimos dois anos, por todas as conversas e conhecimentos adquiridos. Por todo voto de confiança que me foi dado, pelos desejos de sucesso e coragem adquirida.

Aos funcionários que compõem o DAU, por tanto conhecimento adquirido e pela abertura de tantas portas que eu nem mesmo sabia que estavam lá. No meio de dificuldades, o amor pela profissão da arquitetura e urbanismo sempre esteve visível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explorar aspectos, quiçá, pouco claros, na teoria do restauro, bem como projetos de restauro e decisões que podem vir a ser tomadas quando se trabalha nessa área. Tudo isso se coloca sob a premissa de que a fenomenologia é uma corrente filosófica e um modo de pensar que pode contribuir para uma visão mais adequada das inúmeras possibilidades que despontam na teoria e na prática do restauro. A ideia de analisar ambos os temas e o modo como se relacionam vem de um interesse pessoal que visa também a expandir o debate sobre o patrimônio e sua respectiva preservação, além do reconhecimento da fenomenologia como um atrativo modo de se pensar e de se conhecer o mundo. Portanto, a revisão bibliográfica de ambos os temas e a aplicação da fenomenologia à análise da Carta de Burra de 2013, do ICOMOS Austrália, foi o que norteou o trabalho para chegar às considerações finais, onde pude perceber não somente temas e palavras-chaves em comum, como também a maneira própria segundo a qual ambos os assuntos estão relacionados.

Palavras-chave: teoria do restauro; fenomenologia; carta; corrente filosófica; patrimônio; preservação.

ABSTRACT

The present work aims to clarify possible misunderstandings regarding the theory of restoration, as well as restoration projects and decisions that may be taken when considering restoration. All under the premise that phenomenology is a philosophical current and a way of thinking that can contribute to a more adequate vision of the countless possibilities that exist within the theory of restoration. The idea of analyzing both themes and their ways of relating comes from a personal interest in them, an interest that also aims to expand the debate regarding heritage and its respective preservation, in addition to the recognition of phenomenology as an attractive way of thinking and of getting to know the world. Therefore, the bibliographical review of both themes and the application of phenomenology in the 2013 Burra Charter, from the Australia ICOMOS, was what guided the work to reach a proper conclusion, where it was possible to notice not only themes and keywords in common, but also the intrinsic way that both subjects are already analogous.

Keywords: restoration theory; phenomenology; charter; philosophical current; patrimony; preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Igreja da Luz com a luz natural adentrando pelo rasgo em cruz.....	17
Figura 02: esquema de aproximação das intervenções italianas e das características por Tiesdell, Oc e Heath.....	21
Figura 03: registro de 2011 da situação da fachada do prédio.....	23
Figura 04: registro de 2020 da situação da fachada do prédio.....	23
Figura 05: registro de 2021 da situação da fachada do prédio após sua reforma.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Artigo 1 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.....	26
Tabela 02: Artigos 2 ao 13 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.....	28
Tabela 03: Artigos 14 ao 25 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.....	33
Tabela 04: Artigos 26 ao 34 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.....	37

LISTA DE SIGLAS

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
METODOLOGIA.....	10
1. SOBRE A FENOMENOLOGIA.....	12
2. FENOMENOLOGIA E ARQUITETURA.....	15
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE TEORIA DO RESTAURO.....	19
4. SOBRE A CARTA DE BURRA (2013).....	25
4.1 Interpretação Fenomenológica.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Na Europa, os debates sobre a conservação e a teoria do restauro tiveram início com as divergências entre John Ruskin (1819-1900) e Viollet-le-Duc (1814-1879), no século XIX. No Brasil, a questão só veio à tona com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, fundado em 1937. Além disso, um dos principais expoentes contemporâneos da teoria do restauro, Cesare Brandi, só teve sua obra *Teoria do Restauro*, de 1963, traduzida para o português em 2004, 41 anos depois (VIEIRA, 2014).

Desde os primeiros debates, o modo de se ver e de se pensar o restauro foi severamente alterado e adaptado, sem que se estabelecesse rigidamente o que seria um bom ou um mau restauro. O atributo mais importante a ser mantido é o “espírito do lugar” de uma área histórica, e é dentro dessa premissa que autores podem pensar em intervenções baseadas na unidade contextual, na continuidade ou na justaposição (VIEIRA, 2006). Ainda, segundo Vieira (2014), embora haja uma significativa importância na fundação do IPHAN, sendo o primeiro órgão da América Latina focado no restauro, observa-se que o pensamento atual da instituição é reverberado pelo “retorno ao original”, instaurado no momento de consolidação do órgão, na chamada “fase heroica” (1937-1967). Atualmente, esta forma de se pensar o bem patrimonial é considerada superada por muitos outros autores e até mesmo criticada por vários motivos. Dentre eles, há o fato de se ignorar o passar do tempo sobre o patrimônio e todas as modificações naturais. Portanto, no que tange às práticas de conservação e às análises do IPHAN, é necessário que o Brasil aprofunde o debate sobre a conservação do patrimônio, especialmente para que nosso próprio patrimônio seja valorizado da maneira devida, com base em projetos responsáveis.

É sob esta premissa que a corrente filosófica da fenomenologia entra na discussão. Dessa forma, não somente podemos enxergar aspectos em comum com a própria teoria de restauro, como também podemos usar a fenomenologia como um viés para esclarecer e pôr em evidência tais características, na esperança de que nosso próprio patrimônio seja valorizado de maneira cuidadosa. Na hora de se pensar o restauro, o espírito do lugar é o principal atributo a ser valorizado. Nesse sentido, a investigação fenomenológica defende a importância da *epoché*, ou seja, a redução

das coisas até que se atinja sua própria essência (CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016). Por outro lado, essa redução pode ser muitas vezes questionada, por ser considerada demasiado imparcial, pois torna-se utópica, uma vez que não podemos deixar de levar em conta nossa própria experiência e conhecimento do mundo para chegar a uma conclusão. A partir disso, Kosik (1963) classifica os seres humanos como seres práticos, ou seja, sem nossas ações, não há uma verdadeira investigação fenomenológica. Este pensamento converge com a ideia de que o juízo de valor é algo que não é certo nem errado, mas próprio de nossas experiências, sentimentos, sensações e memórias para com o que está sendo analisado.

A ligação entre fenomenologia e arquitetura já é existente e o foco pessoal e introspectivo defendido pela fenomenologia é aplicável, tanto no ato de construir, quanto no ato de vivenciar o espaço construído. Portanto, o espírito do lugar e a *epoché* são termos análogos quando direcionados para se pensar o “lugar”. Nesse sentido, Christian Norberg-Schulz (1976) resgata o termo *genius loci*, que significa o espírito do lugar. Dessa maneira, a arquitetura fenomenológica busca sentimentos primordiais que alcançamos ao viver em um lugar. Dentre alguns desses sentimentos, Pallasmaa (1996) elenca: a casa como um signo de cultura na paisagem, como também o ato de penetrar na esfera de influência de um prédio e olhar a paisagem pela janela. Assim, a construção deve se relacionar com o exterior (e vice-versa). Dentre as inúmeras formas de concretizar tal relação simbólica ser feita, o elo está na aplicação de materiais que, unidos ao espírito do lugar, vão criar símbolos e identidades únicas que em nenhum outro lugar poderiam existir (OLIVEIRA, 2007).

Diante do exposto, torna-se necessário aprofundar a compreensão do que significa o restauro e suas inúmeras vertentes para que se possa pensar em projetos que valorizem o patrimônio e/ou seus arredores. Sob esta premissa, analisar a Carta de Burra (2013), nomeada a partir de uma cidade do sul australiano pelo ICOMOS do país, tornou-se um modo de apontar as conexões com a fenomenologia e como ela pode ajudar, a partir dos artigos dispostos na Carta. Além disso, pode ajudar a entender melhor o restauro a partir da significância cultural de um bem para as pessoas. Ou seja, como essa significância e o conjunto de valores são apresentados para grupos ou indivíduos diferentes, relacionados com o patrimônio. Para isto, a

participação de estratos da sociedade pelas inúmeras e diferentes experiências é imprescindível, pois, segundo Pallasmaa, o intuito de se projetar arquitetura é mais do que apontar técnicas construtivas, ou seja, trata-se de usá-las para representar nossos mais primordiais sentimentos.

O presente trabalho tem a Carta de Burra (2013) como objeto de estudo. Tendo em vista que se trata de um documento relevante para pensar o restauro e a conservação na contemporaneidade, sua compreensão plena deve ser almejada.

O objetivo geral do trabalho é ampliar o debate sobre o restauro e a conservação do patrimônio cultural brasileiro, sob a ótica fenomenológica, a partir do estudo de uma carta patrimonial importante para o processo de conservação. Por outro lado, os objetivos específicos são os seguintes:

1. Analisar a temática da fenomenologia como uma corrente filosófica focada nas experiências pessoais;
2. Analisar o uso da fenomenologia no âmbito da arquitetura;
3. Entender o contexto histórico da Teoria do Restauro até os dias atuais;
4. Analisar a Carta de Burra (2013);
5. Interpretar a fenomenologia na Carta de Burra (2013) e considerar seus resultados.

METODOLOGIA

Para tratar a questão da fenomenologia neste trabalho, foram selecionadas certas referências bibliográficas capazes de permitir o cruzamento de informações próprias a cada texto, bem como o entendimento da corrente filosófica e suas alterações, de acordo com a abordagem de cada autor ou autora.

A presente análise da fenomenologia, aplicada à prática do restauro na arquitetura, apoiou-se em referências bibliográficas que envolvem autores e arquitetos que abordaram este ramo, como Juhani Pallasmaa e Christian Norberg-Schulz. De fato, seus textos buscam evidenciar a importância da fenomenologia no ato de projetar, pois, na medida que atribuímos significado a um lugar, em troca, esse significado reforçará nossa identidade. Como ilustração desse movimento biunívoco, pode-se citar o caso da Igreja da Luz, projetada pelo arquiteto Tadao Ando.

A revisão bibliográfica envolvendo a teoria de restauro foi feita para que se pudesse evidenciar como a temática foi-se aproximando naturalmente da corrente filosófica da fenomenologia. Se antes uma das vertentes foi restaurar um bem até seu estado original e, talvez, um estado superior ao que existiu em qualquer momento da história, hoje em dia a passagem do tempo é valorizada. Além disso, deve-se considerar a oportunidade de se utilizar novas técnicas que respeitam o que veio antes, respeitando a essência do que a edificação quer simbolizar. Também foram apontadas certas problemáticas referentes ao restauro brasileiro para que se pudesse evidenciar a necessidade de o país entrar em discussões internacionais e superar vertentes obsoletas.

Inicialmente, foi feito um estudo total da Carta de Burra (2013), bem como a tradução de todos os artigos e notas explanatórias contidas no documento, já que a versão mais recente de sua revisão, no ano de 2013, não existe em nosso idioma. A ideia de se analisar a Carta e interpretá-la fenomenologicamente veio a partir do reconhecimento de que o documento em questão é um dos mais importantes na atualidade, por apresentar vieses mais contemporâneos que valorizam a significância cultural do lugar, portanto, de sua essência. Além disso, a Carta destaca a importância das pessoas que vivem no lugar, bem como suas experiências e vivências.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos na ordem elencada acima, tendo como foco apresentar cada um de per si, destacando as relações existentes, para

que os resultados obtidos possam estar em consonância com a Carta de Burra (2013). Tais resultados serão alcançados a partir da análise dos artigos contidos na Carta, tendo em vista que alguns deles, mais que outros, estão alinhados com o tema da fenomenologia. O intuito é o de reconhecer a fenomenologia como um viés metodológico para o restauro e aplicá-lo em projetos responsáveis de conservação e de salvaguarda para que a discussão possa ser ampliada, de modo que o patrimônio nacional seja devidamente valorizado.

1. SOBRE A FENOMENOLOGIA

A fenomenologia surgiu em um contexto no qual correntes filosóficas específicas estavam sendo influenciadas pelo racionalismo, que defende o ser humano como capaz de construir o próprio pensamento (SOUZA, 2022). Assim, na virada do século XVIII para o século XIX, Edmund Husserl (1859-1938) tomou a dianteira como expoente da fenomenologia ao buscar um ideal de investigação com bases últimas e absolutas (CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016). Ou seja, contrapondo ao que foi ditado pelo racionalismo e pelo que até então era vigente, compreendia-se que a capacidade de construir um pensamento próprio não era a mesma coisa que conhecer algo. Conhecer a realidade significou a apreensão deste “algo” a partir de como ele nos é apresentado, dentro de nossas próprias experiências humanas. Quer dizer, não somos capazes de construir um pensamento somente com nossas reflexões, mas com tudo o que nos é disposto fora de nossa própria consciência.

Esta forma de pensar e de se investigar influenciou muitos outros movimentos que vieram ao longo do século XX, tentando retrair as influências racionais e cartesianas, vigentes até um século antes. A ideia de que nossa consciência está diretamente atrelada aos objetos é chamada de *intencionalidade*, tema central no estudo fenomenológico e que resume a corrente. Quanto à intencionalidade, podemos afirmar que:

“A doutrina nuclear em fenomenologia é o ensinamento de que cada ato de consciência que nós realizamos, cada experiência que nós temos é intencional: é essencialmente “consciência de” ou uma “experiência de” algo ou de outrem. Toda a nossa consciência está direcionada a objetos. [...] Cada ato de consciência, cada experiência é correlata com um objeto. Cada intenção tem seu objeto intencionado.” (SOKOLOWSKI, 1999, p. 17).

O distanciamento do pensamento racionalista em nada ignora o ser humano. Ao contrário, coloca-o como ponto central de muitas das reflexões. Segundo Kosik (1963), o mundo real é aquele em que as coisas são consideradas produtos do homem social. Ainda, a fenomenologia olha para o ser humano como lugar em que a verdade ocorre (SOKOLOWSKI, 1999). Ou seja, é a partir do ser humano, como um ser prático, que ele mesmo pode conhecer a realidade de modo devido. Recebemos o mundo em conhecimento e intencionamos as coisas que nos foram apresentadas. Todos os objetos, alvos das nossas mais variadas intenções (sejam elas sensações,

sentimentos, opiniões), são identificados por nós a partir da atitude natural, ou seja, a compreensão básica das coisas. O mundo torna-se um contexto em que as coisas são organizadas e apreendidas por nós. Porém, para de fato podermos entender a realidade, precisamos suspender nossas intenções do(s) objeto(s) e analisá-las de modo imparcial, atingindo o que seria chamado de atitude fenomenológica (SOKOLOWSKI, 1999).

Esta atitude prevê a redução fenomenológica, ou também chamada de *epoché*, que significa a retenção de nossos juízos sobre aquela coisa. Essa retenção vem no bojo do que estamos analisando, de modo que somos obrigados a ignorar tudo aquilo que não é verdadeiramente essencial ao que investigamos para que possamos ver a coisa de maneira mais fria. Todavia, este modo imparcial de analisar as coisas encontra uma barreira apontada por Merleau-Ponty (1908-1961), em que não é possível lidar com a evidência final sem que, em termos práticos, não levemos em consideração nossa própria consciência e nossas próprias intencionalidades (CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016). Sobre a teoria da redução, afirma-se que:

“A redução pressupõe uma substância rígida, elementos imutáveis e não derivados, nos quais, em última instância, se desdobram a variedade e a mutabilidade dos fenômenos. O fenômeno é explicado se é reduzido à sua essência, à lei geral, ao princípio abstrato. [...] O movimento da coisa cria fases, formas e aspectos isolados, que não podem ser compreendidos mediante sua redução à substância, mas que são compreensíveis como explicações da “coisa em si”. [...] Esta também é a razão pela qual o reducionismo não pode explicar racionalmente uma evolução *nova*.” (KOSIK, 1963, p. 27-28).

Buscar a verdade absoluta de modo imparcial torna-se algo difícil, uma vez que as coisas estão em constante mudança e evolução. Ainda assim, a investigação fenomenológica é possível de ser feita, desde que se atente aos detalhes específicos durante a análise. Em primeira instância, é essencial estar consciente de que haverá influência de nossas próprias experiências ao relatar e conhecer os objetos que estão no mundo. Em outras palavras, quando atingimos a compreensão básica, a atitude natural, estamos impondo às coisas nossa visão primeira de mundo, que pode não ser a mesma de outra pessoa que teve experiências completamente diferentes. Estar consciente disso é também saber que existem fatos apresentados para todos nós de modo igualitário, como, por exemplo, uma roupa

que está suja, pois os fatos estão nas coisas, não em nossas mentes. Na investigação fenomenológica, nosso papel consiste na enunciação e organização de partes do mundo.

Podemos perceber que o único fato mencionado (uma roupa suja) tem uma identidade própria que, não obstante, pode ser manifestada dentro de multiplicidades e interpretações do próprio fato. Podemos nos sentir revoltados com a sujeira, podemos achar engraçado, podemos exclamar o fato de modo triste, até mesmo podemos encarar de modo feliz porque a sujeira foi gerada em um momento especial. Independentemente de nossas intencionalidades, o fato idêntico permanece e, como já citado, nas várias multiplicidades existe uma identidade. Todavia, a forma de perceber a identidade não está na junção das multiplicidades. Ela está numa dimensão diferente, uma vez que é apresentada por si só e por meio das multiplicidades.

Tendo em vista se tratar de uma corrente focada na experiência humana, de nada a identidade transcendental anula a importância das multiplicidades. Sobre a função da fenomenologia:

“Finalmente, talvez a resposta mais fácil que alguém poderia dar à questão ‘O que é uma análise fenomenológica?’ fosse dizer que ela descreve a multiplicidade que é adequada a um dado objeto. [...] Por dizer cuidadosamente as diversas multiplicidades e identidades, a fenomenologia ajuda-nos a preservar a realidade e distinção de cada.” (SOKOLOWSKI, 1999, p. 40).

É a partir da multiplicidade de um fenômeno que conseguimos enxergar o mundo como um contexto no qual as coisas ocorrem. Kosik (1963) busca especificar esta ideia logo após defender o ser humano como um ser prático no mundo, já que é assim que nós conseguimos nos apropriar do mundo. Tendo em vista que cada tipo de apropriação é diferente, isso nos faria viver em vários mundos, a partir do tipo de fenômeno analisado. Nesse caso, o autor denomina essas apropriações como *chaves*. Portanto, se estamos investigando um evento biológico, por exemplo, haveremos de nos apropriar de outro mundo, de modo diferente, com uma chave diferente. É o que ocorre quando investigamos um projeto arquitetônico. Por outro lado, isso não significa ignorar as conexões que um ou outro tema podem ter, uma vez que o autor defende que devemos analisar uma coisa mediante a atividade na qual ela se enquadra.

2. FENOMENOLOGIA E ARQUITETURA

A importância da fenomenologia no âmbito da arquitetura se dá a partir do advento da modernidade, em que profissionais arquitetos, como Christian Norberg-Schulz, enxergaram seu potencial como viés capaz de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos, tendo em vista o significado do termo *genius loci*, ou seja, o espírito de um lugar (FLEW, 1976, p. 443). Além disso, Oliveira (2007) destaca a importância do ensaio *Pensar Arquitetura* (2003) de Peter Zumthor, no qual afirma que “o sentido da obra nasce quando se criam no objeto significados específicos de certos materiais que só podem ter sentido de uma determinada maneira, num determinado lugar”. Ou seja, fica compreendido que a união da matéria com o lugar é o que está na base da arquitetura, intrinsecamente ligados para dar um significado que em qualquer outro ambiente seria diferente, isso se apropriado. Sobre esta declaração:

“A dimensão artística de uma obra de arte não está na coisa física propriamente dita; ela só existe na consciência da pessoa que passa pela experiência pessoal da obra. Assim, a análise de uma obra de arte é um ato genuíno de introspecção de consciência a ela submetida. Seus significados não estão contidos nas formas, mas nas imagens transmitidas pelas formas e na força emocional que elas carregam. A forma somente age sobre nossos sentimentos por meio do que ela representa.” (PALLASMAA, 1996, p. 485).

A aplicação da fenomenologia ao processo crítico da arquitetura deve ser não só apropriada, como também estimulada, a fim de que seja possível entendê-la como uma arte que carrega significados diversos, tendo em vista os distintos indivíduos ou grupos que a experimentam ou a vivenciam. Não à toa, a fenomenologia confere ao indivíduo um olhar puro e introspectivo ao contemplar a essência do que está sendo analisado. Especificamente na arquitetura, neste estudo, busca-se mostrar que a fenomenologia pode ser o viés que permitirá encontrar imagens, mais ou menos comuns, e sentimentos primordiais que estão presentes no ato de conceber e moldar o espaço arquitetônico (PALLASMAA, 1996). Dentre os sentimentos primordiais referidos pelo autor, alguns se destacam, a saber:

- Perceber a casa como um signo de cultura na paisagem, como uma projeção do homem e um ponto de referência na paisagem;
- acercar-se de um edifício, reconhecer uma habitação humana ou uma determinada instituição na forma de uma casa;

- entrar na esfera de influência de um prédio, pisar em seu território, estar perto do edifício;
- olhar pela janela, a ligação com a paisagem.

De acordo com alguns destes sentimentos primordiais, é possível perceber que a arquitetura isolada não é o suficiente para a plenitude fenomenológica de um lugar, pois o que está ao seu redor, o espaço, a paisagem, o terreno, também é importante para o despertar de tais sensações.

Um lugar não só é formado pelo seu espaço, ou seja, a disposição tridimensional dos elementos, como também possui um caráter único, uma identidade (NORBERG-SCHULZ, 1976). Sobre o caráter, o autor afirma que:

“Até certo ponto, o caráter de um lugar é uma função do tempo. [...] Olhando uma construção desse ponto de vista, temos de examinar como ela repousa sobre o solo e como se ergue para o céu. Uma atenção especial deve ser dedicada às fronteiras laterais, ou paredes, que contribuem decisivamente para determinar o caráter do ambiente urbano. [...] Em outras palavras, o homem “recebe” o ambiente e faz convergir para ele as construções e as coisas. Desse modo, as coisas ‘explicam’ o ambiente e evidenciam o seu caráter.” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 451-452).

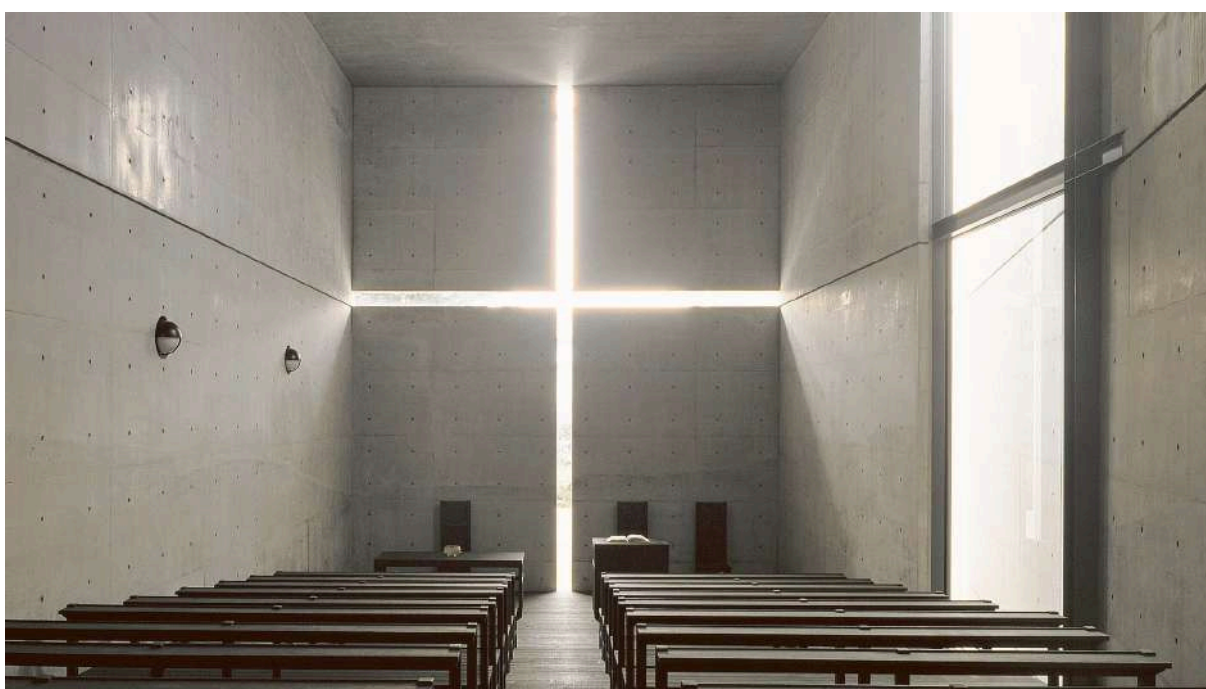
Se somos capazes de reconhecer a essência de um lugar, a partir de nosso envolvimento com ele, é porque existe certo nível de identificação, que é variável, porém que existe. Dessa maneira, a fenomenologia não só nos permite conhecer o lugar, como também nos auxilia a nos conhecermos ao nos depararmos com a identidade do lugar. A construção de um lugar pelo homem se relaciona com a natureza de três formas: visualização, simbolização e reunião (NORBERG-SCHULZ, 1976). O primeiro passo consiste em reconhecer, de modo mais exato, a estrutura natural, criando um caminho, por exemplo, no qual a natureza aponta a direção; o segundo consiste em transportar para outro meio um significado experimentado, como, por exemplo, em um objeto cultural; o terceiro, por fim, é a reunião de todos estes significados apreendidos.

A realização desses passos cria um *lugar*, a partir de nossa identificação para com ele. Mesmo que o caráter mude com o passar do tempo, a capacidade de alcançarmos a essência deve ser mantida sempre se quisermos permanecer conectados ao lugar, e não somente nos prendermos à noção do espaço construído como uma composição formal, sem significados intrínsecos e simbolismos.

Como exemplo do que foi citado, podemos levar em consideração um dos mais famosos arquitetos que trabalham com a fenomenologia, Tadao Ando (1941-). Nascido em Osaka, Japão. O arquiteto autodidata tem como diretriz o emprego da luz para unir a arquitetura e a natureza. Assim, a Igreja da Luz constitui um exemplo prático de aplicação da fenomenologia à prática arquitetônica e espacial.

Localizado na cidade de Ibaraki e finalizado em 1989, trata-se de um projeto cuja finalidade foi renovar um complexo cristão situado na cidade. O tratamento dado foi o de uma arquitetura minimalista, segundo a qual foram dispensados os adornos cristãos comumente conhecidos, já que o seu foco não foi posto nessa forma de deslumbramento. De fato, o autor do projeto buscou caracterizar o espaço como lugar de meditação, em conexão com o espiritual, por meio do emprego de materiais simples: basicamente trabalhou com blocos de concreto lisos. Todavia, o que torna o projeto ainda mais peculiar está no fato de que, na parede leste, há uma enorme envasadura, em formato de cruz, por onde a luz do sol nascente penetra, criando uma iluminação natural, cujo espaço interior está mergulhado na escuridão. Além disso, acrescenta à matéria conotações imateriais, por meio do efeito ofuscante que parece transformar o concreto em luz pura e divina (KROLL, 2016).

Figura 01: Igreja da Luz com a luz natural adentrando pelo rasgo em cruz.



Fonte: Arquitectura Viva.

Com base no exemplo citado, tem-se a prova de que a leitura pelo olhar fenomenológico na arquitetura pode fomentar sensações primordiais a quem vivencia o lugar, tanto pelo uso de certos materiais como pelo efeito obtido pelo jogo das luzes e das sombras. Tadao Ando conseguiu capturar a essência de um ambiente religioso colocando em prática estes aspectos. Em outras palavras, com a simplicidade do concreto e a ausência de ornamentos, aquele que vivencia o espaço projetado poderá focar-se na contemplação e na meditação, bem como se sentir mais próximo do divino, sob o efeito que ilumina a cruz rasgada na parede.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE TEORIA DO RESTAURO

As primeiras discussões envolvendo a conservação e o restauro tiveram início no século XIX, época de exaltação das ruínas e da arte, além do reconhecimento especial dos artistas (GRANATO, CAMPOS, 2013). Nesse contexto, colocam-se dois teóricos importantes para o início dos debates sobre a conservação, isso porque ambos tinham visões completamente opostas em relação ao patrimônio por conta de suas realidades distintas. O primeiro, John Ruskin (1819-1900), autor inglês que viu as mudanças de seu país pela Revolução Industrial, foi um saudosista histórico que defendia mais a ruína do que o seu restauro, já que o principal a ser preservado deveria ser sua historicidade e não a sua beleza. Sua visão justifica-se também pelo contexto da época; o restauro ainda estava começando a ser debatido, e quaisquer abordagens de retornar ao que era antes tiravam as evidências do que deveria ser verdadeiramente preservado e respeitado: seus materiais originais. Enquanto isso, na França, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) pensava o oposto, pois seu país havia sofrido com as guerras napoleônicas, causando a destruição de várias construções, dentre as quais ele próprio, enquanto arquiteto, foi responsável pelo restauro. Ele defendia a restauração de uma construção, elevando-a ao seu melhor estado, que podia nunca ter existido.

Da segunda metade do século XIX para a primeira do século XX, as teorias foram se desenvolvendo conforme novos autores buscavam acrescentar ao debate meios termos que pudessem contemplar ambas as partes. Como exemplo, podem ser citados o arquiteto italiano Camillo Boito (1836-1914) e o historiador austríaco Aloïs Riegl (1858-1905). Enquanto o primeiro defendia a diferenciação do original e do restaurado, teoria que até hoje é bem aceita, o segundo dizia que o objeto com valor histórico, artístico e cultural é aquele que deve ser preservado.

Após a Segunda Guerra Mundial, o panorama da discussão mudou drasticamente. Tendo em vista que muitas cidades europeias foram total ou parcialmente destruídas, o debate tornou-se mais crítico que científico. Diante disso, Cesare Brandi (1906-1988) expôs sua visão, de caráter relativo e marcada pela temporalidade do monumento. Ou seja, a partir de então, não havia mais um modo único de se pensar o restauro e seu pensamento teve muita influência para o desenvolvimento da Carta Italiana do Restauro, de 1972. Esta, por sua vez,

representa o desdobramento da Carta de Veneza de 1964, no sentido de que certos conceitos foram ampliados, após a participação de Brandi no debate.

Para o autor, o restauro é o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em sua totalidade física, estética e histórica (CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016), atingindo a chamada “unidade potencial” do monumento, o que faria alcançar a identidade do objeto de estudo. O restauro não é mais uma técnica de apoio, mas um momento de apreciação crítica do objeto (GRANATO, CAMPOS, 2013) que envolve o reconhecimento da passagem histórica do monumento, bem como sua estética, no momento presente do restauro. Todos esses parâmetros devem ser levados em consideração para a prática ideal de restauro, removendo o que não representa a unidade potencial da edificação, bem como mantendo evidentes as marcas da passagem do tempo. Seu livro, *Teoria do Restauro* (1963), é de grande importância para o estudo do restauro, tendo sido traduzido para o Brasil tardiamente, em 2004 (VIEIRA, 2014).

Mais recentemente, Salvador Muñoz Viñas (1963-) é um autor espanhol que defende a subjetividade mais do que a objetividade. Sobre isso:

“Nessa ‘teoria contemporânea’, a noção de verdade é substituída pela comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais.” (GRANATO, CAMPOS, 2013, p. 5).

Segundo o autor, o foco encontra-se mais nas pessoas e menos no objeto de estudo, que é um amálgama de significados para vários olhares humanos. “O conservador não deveria impor a verdade, mas sim facilitar a leitura do objeto para melhor compreendê-lo e para favorecer seu potencial de comunicação” (GRANATO, CAMPOS, 2013, p. 5). Desse modo, Muñoz Viñas defende a participação de pessoas na conservação para que os fatores mais importantes sejam considerados, ou seja, quem tem envolvimento com o objeto, como os representantes da sociedade e os profissionais qualificados.

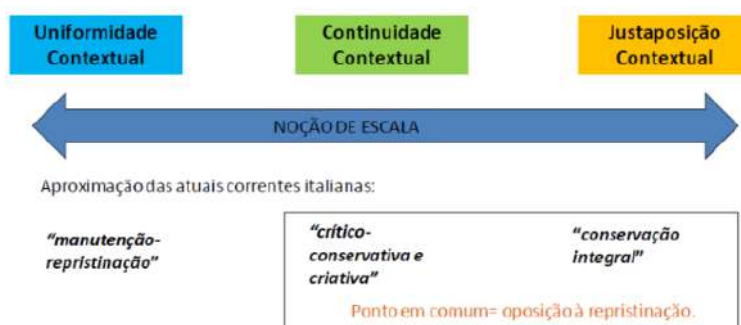
Em outra vertente, Giovanni Carbonara (1942-2023), autor italiano, identificou três posturas do restauro que evidenciaram a visão contemporânea de seu país. Não obstante, ele as sistematizou da seguinte maneira: a postura “crítico-conservativa e criativa”, a “conservação integral” e a “manutenção-repristinação”. Enquanto a

primeira foca no restauro crítico e na teoria brandiana, a segunda foca na instância histórica ao passo que a terceira foca na retomada de formas e técnicas do passado para superar o estado fragmentário do bem (VIEIRA, 2014).

Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207 apud VIEIRA, 2008, p. 6) caracterizam a intervenção no âmbito arquitetônico em três categorias: “continuidade contextual”, “justaposição contextual” e “uniformidade contextual”. Já Vieira (2008) realiza um trabalho de análise das visões de Carbonara e de Tiesdell, Oc e Heath, criando um comparativo em que as interpreta como análogas. A continuidade contextual seria um intermediário entre as outras, focando-se tanto na autenticidade quanto na integridade do bem, de uma obra, pois é o método de intervenção que trabalha com o histórico e com o estético, não criando pastiches nem interferindo na leitura do todo. Já a justaposição é o tipo de intervenção que busca o espírito de nosso tempo. Portanto, ainda que leve em consideração o passado, é uma prática que busca colocar nossa marca do tempo na obra enquanto intervencionistas, com métodos de construções contemporâneas que trabalham com uma visão integrada de modo a respeitar a autenticidade do bem. Por último, a uniformidade tem como foco o aspecto estético, criando cópias do estilo passado para não interferir na integridade do espaço, ainda que possa lesionar a autenticidade, uma vez que existirão os pastiches.

A professora Natália Miranda Vieira de Araújo elaborou um esquema que representa a aproximação entre o que foi postulado por Carbonara e as três características descritas por Tiesdell, Oc e Heath. A figura abaixo representa tal esquema de modo didático:

Figura 02: esquema de aproximação das intervenções italianas e das características por Tiesdell, Oc e Heath.



Fonte: Natália Miranda Vieira de Araújo.

Embora o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na década de 1930, tenha sido pioneiro na América Latina e mesmo considerando que a participação do Brasil nas questões da conservação tenha crescido, o ato de se restaurar no país continuou se pautando pela premissa de "retorno ao original" (VIEIRA, 2014), prática adotada durante a consolidação do órgão no período de 1937 até 1967, chamado de "fase heróica". Até a década de 1960, portanto, o SPHAN esteve distante dos debates internacionais. Quanto a esta problemática:

“Na prática, o grande dilema da restauração é saber o que se deve retirar e o que se pode introduzir para refazer a unidade potencial da obra de arquitetura e sua plena integração social, sem comprometer sua autenticidade ou eliminar as marcas de sua trajetória histórica e possibilidades futuras. Mas a prática atual da restauração, na América Latina, incluindo o Brasil, nem sempre reflete as concepções mais atualizadas do restauro.” (AZEVEDO, 2003, p. 22 apud VIEIRA, 2014, p. 17).

O distanciamento das discussões internacionais, relativas ao restauro, pode ser verificado em várias situações, como no Recife - PE, no caso da construção localizada na Rua do Bom Jesus, n.º 147. Trata-se de uma situação flagrante na qual a preocupação não foi voltar ao original, partindo-se para descaracterizar completamente a fachada, tanto em sua autenticidade quanto em sua integridade. A intervenção, realizada na década de 1950, havia imposto um partido modernista, com janelas em fita, por exemplo, quando a publicação do primeiro livro de John Ruskin, *The Seven Lamps of Architecture*, completava mais de um século (GRANATO, CAMPOS, 2013) e já haviam se passado duas décadas após a Carta de Atenas de 1933. As figuras abaixo mostram a fachada antiga do prédio, após a reforma na década de 1950, e a situação atual, após uma recente reforma:

Figura 03: registro de 2011 da situação da fachada do prédio.



Fonte: reprodução do Google Street View.

Figura 04: registro de 2020 da situação da fachada do prédio.



Fonte: reprodução do Google Street View.

Figura 05: registro de 2021 da situação da fachada do prédio após sua reforma.



Fonte: Ed Machado (Folha de Pernambuco).

Ainda que o Bairro do Recife só tenha sido tombado pelo IPHAN como patrimônio em 1998, nota-se a falta de tato na hora da reforma da década de 1950, ainda que as convenções internacionais já viessem sendo adotadas por outros países. Nesse

caso, resta a pergunta sobre o que poderia ter sido feito diferente, caso o Brasil estivesse envolvido nas discussões internacionais.

É válido considerar a temática da fenomenologia como inerente às discussões contemporâneas do restauro, pelo menos a partir do final da Segunda Grande Guerra, com a participação de Brandi. Se as cidades europeias foram destruídas na guerra e o restauro buscou sua valorização física, estética e histórica, então a “unidade potencial” do patrimônio torna-se sua essência, segundo o pensamento da corrente filosófica. Por outro lado, Muñoz Viñas defende a subjetividade do bem patrimonial e seu potencial, capaz de comunicar tais símbolos, fruto do imaginário das pessoas que experienciam e vivenciam o bem, tendo em vista tratar-se a fenomenologia de uma corrente direcionada às experiências individuais de cada um.

4. SOBRE A CARTA DE BURRA (2013)

A Carta de Burra, oficialmente conhecida como “The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013”, foi primeiramente adotada no ano de 1979 na cidade de Burra, localizada no sul da Austrália. Com o passar do tempo, a Carta passou por revisões nos anos de 1981, 1988, 1999 e, por fim, em outubro de 2013. O International Council on Monuments and Sites - ICOMOS, é uma organização profissional não governamental, formada em 1965, com sede em Paris. Seu principal foco está na conservação do patrimônio cultural; junto à UNESCO, tendo sido o principal conselheiro na Convenção do Patrimônio Mundial em 1972. O ICOMOS é dividido em comitês nacionais e ao todo 103 países fazem parte do conselho, incluindo a Austrália. O ICOMOS da Austrália foi formado em 1976 e age como vínculo nacional e internacional entre autoridades públicas, instituições e indivíduos envolvidos no estudo e conservação de todos os lugares com significância cultural. A Carta de Burra foi elaborada, levando em conta a Carta de Veneza de 1964 e as resoluções da 5ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 1978. A Carta “fornece orientação para a conservação e gestão de lugares de significância cultural (locais de patrimônio cultural), e é baseada no conhecimento e na experiência dos membros do ICOMOS da Austrália” (THE BURRA CHARTER, 2013, p. 1, tradução nossa). A Carta e suas orientações podem ser aplicadas em qualquer lugar que apresente significância cultural, sejam eles históricos, naturais ou indígenas. Justifica-se a importância da sua conservação porque os locais de significância cultural nos dão a sensação de conexão entre si e com o que está ao redor; são expressões de períodos históricos que precisam ser conservados para o presente e para o futuro.

A estrutura da Carta compõe-se de 34 artigos e um processo ilustrado em forma de quadros. Os primeiros artigos buscam definir termos importantes para a Carta como um todo, enquanto os restantes compreendem princípios, práticas e processos de conservação. Neste trabalho, são analisados alguns destes artigos, relacionados à temática da fenomenologia como corrente e como metodologia, aplicada à arquitetura e ao restauro.

ARTIGOS	NOTAS EXPLANATÓRIAS
ARTIGO 1: DEFINIÇÕES 1.1 <i>Lugar</i> significa uma área definida geograficamente. Pode incluir elementos, objetos, espaços e vistas. Lugar pode ter dimensões tangíveis e intangíveis. 1.2 <i>Significância cultural</i> significa valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para o passado, presente ou gerações futuras. Significância cultural está incorporada no lugar propriamente dito, no seu tecido, contexto, uso, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados. Lugares podem ter uma gama de valores para diferentes indivíduos ou grupos. 1.3 <i>Tecido</i> significa todo material físico do lugar incluindo elementos, acessórios, conteúdos e objetos. 1.4 <i>Conservação</i> significa todos os processos de cuidado de um lugar para que mantenha sua significância cultural.	Lugar tem um amplo escopo e inclui características naturais e culturais. Lugar pode ser grande ou pequeno: por exemplo, um memorial, uma árvore, um prédio individual ou um conjunto de prédios, a localização de um evento histórico, uma área urbana ou cidade, uma paisagem cultural, um jardim, uma planta industrial, um navio naufragado, um sítio com reminiscências, um arranjo de pedras, uma estrada ou rota de viagem, um local de encontro de uma comunidade, um sítio com conexões espirituais ou religiosas. O termo significância cultural é sinônimo de significado do patrimônio cultural e valor do patrimônio cultural. A significância cultural pode mudar com o passar do tempo e do uso. Entendimento de significância cultural pode mudar de acordo com novas informações. Tecido inclui remanescentes internos e subterrâneos de uma construção, bem como material escavado. Elementos naturais de um lugar podem constituir tecido. Por exemplo as pedras que significam um local onírico. Tecido pode definir espaços e vistas e estes podem ser parte da significância do lugar. Ver também Artigo 14.

1.5 <i>Manutenção</i> significa a proteção contínua de um lugar, e de seu contexto. Manutenção é diferente de reparo que envolve restauração ou reconstrução. 1.6 <i>Preservação</i> significa manter o lugar em seu estado existente e retardar a deterioração. 1.7 <i>Restauração</i> significa retornar o lugar para um estado anteriormente conhecido a partir da remoção de acréscimos ou reunindo elementos existentes sem a introdução de um novo material. 1.8 <i>Reconstrução</i> significa retornar o lugar para um estado anteriormente conhecido e é diferente da restauração pela introdução de um novo material. 1.9 <i>Adaptação</i> significa mudar o lugar para servir ao uso existente ou ao uso proposto. 1.10 <i>Uso</i> significa as funcionalidades de um lugar, incluindo atividades e práticas tradicionais e costumeiras que podem ocorrer no lugar ou são dependentes do lugar. 1.11 <i>Uso compatível</i> significa um uso que respeita a significância cultural de um lugar. Este uso envolve o mínimo ou nenhum impacto sobre a significância cultural.	Exemplos de proteção incluem: - Manutenção - inspeção regular e limpeza do lugar, por exemplo cortando e podendo um jardim; - Reparo envolvendo restauração - retornar fábrica desalojada ou realocada para sua localização original, por exemplo calha de telhado solta em um prédio ou pedras deslocadas em um anel de pedras; - Reparo envolvendo reconstrução - substituição de tecido deteriorado por novo tecido. É reconhecido que todos os lugares e seus elementos mudam com o passar do tempo em diferentes níveis. Novo material pode incluir material reciclado resgatado de outros lugares. Isto não deve ser feito em detrimento de qualquer lugar de significância cultural. Uso inclui por exemplo práticas culturais associadas comumente com pessoas indígenas como cerimônias, caça e pesca, e cumprimento de obrigações tradicionais. Exercer um direito de acesso pode ser um uso.
---	---

1.12 <i>Contexto</i> significa o ambiente imediato e estendido de um lugar que é parte da significância cultural e de seu caráter único ou contribui para ambos. 1.13 <i>Lugar relacionado</i> significa um lugar que contribui para a significância cultural de outro lugar. 1.14 <i>Objeto relacionado</i> significa um objeto que contribui para a significância cultural de um lugar, mas não está neste lugar. 1.15 <i>Associações</i> significam as conexões existentes entre pessoas e um lugar. 1.16 <i>Significados</i> denotam o que um lugar significa, indica, evoca ou expressa para pessoas. 1.17 <i>Interpretação</i> significa todas as formas de demonstrar a significância cultural de um lugar.	Contexto pode incluir: estruturas, espaços, terra, água e céu; o contexto visual incluindo vistas para e a partir do lugar, e junto de uma rota cultural; e outros aspectos sensoriais do contexto como cheiros e sons. Contexto pode incluir relações históricas e contemporâneas, tais como uso e atividades, práticas sociais e espirituais, e relações com outros lugares, tanto tangível quanto intangível. Objetos em um lugar são incluídos pela definição de lugar, e podem ou não contribuir para sua significância cultural. Associações podem incluir valores sociais ou espirituais e responsabilidades culturais por um lugar. Significados geralmente se relacionam com dimensões intangíveis como qualidades simbólicas e memórias. Interpretação pode ser uma combinação de tratamento de tecido (por exemplo manutenção, restauração, reconstrução); o uso das e as atividades em um local; e o uso de material explanatório introdutório.
--	--

Tabela 01: Artigo 1 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.

Fonte: The Burra Charter, 2013 (tradução nossa).

PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO	
ARTIGO 2: CONSERVAÇÃO E GESTÃO 2.1 Lugares de significância cultural devem ser conservados.	

2.2 O alvo da conservação é manter a significância cultural de um lugar. 2.3 Conservação é uma parte integral do bom gerenciamento de lugares de significância cultural. 2.4 Lugares de significância cultural devem ser salvaguardados e não postos em risco ou deixados em um estado de vulnerabilidade.	
ARTIGO 3: ABORDAGEM CAUTELOSA 3.1 Conservação é baseada no respeito pelo tecido, uso, associações e significados existentes. Requer uma abordagem cautelosa para mudar o quanto for necessário, mas o mínimo possível. 3.2 Mudanças em um lugar não devem distorcer as evidências físicas e outras que ele provê, nem ser baseado em conjecturas.	Os traços de adições, alterações e tratamentos anteriores do tecido de um lugar são evidências de sua história e de usos que podem ser parte de sua significância. Ação de conservar deve ajudar e não dificultar seus entendimentos.
ARTIGO 4: CONHECIMENTO, HABILIDADES E TÉCNICAS 4.1 Conservação deve fazer uso de todo o conhecimento, habilidades e disciplinas que podem contribuir para o estudo e o cuidado do lugar. 4.2 Técnicas e materiais tradicionais são preferíveis para a conservação do tecido significativo. Em algumas circunstâncias as técnicas e os materiais modernos que oferecem benefícios substanciais para a conservação podem ser apropriados.	O uso de materiais e técnicas modernas devem ser apoiados por evidências científicas sólidas ou por um conjunto de experiências.
ARTIGO 5: VALORES 5.1 Conservação de um lugar deve identificar e levar em consideração todos os aspectos de significância cultural e natural sem enfatizar injustamente um em detrimento do	Conservação de lugares com significância natural é explicado na Carta do Patrimônio Natural Australiano. Essa carta define significância natural como significando a

outro. 5.2 Graus relativos de significância cultural podem levar a diferentes ações de conservação em um lugar.	importância de ecossistemas, biodiversidade e geodiversidade por seu valor existencial ou para gerações presentes e futuras, em termos de valores científicos, sociais, estéticos e de suporte à vida. Uma abordagem precavida é necessária, uma vez que o entendimento de significância cultural pode mudar. Este artigo não deve ser usado para justificar ações que não retenham a significância cultural.
ARTIGO 6: PROCESSO DA CARTA DE BURRA 6.1 A significância cultural de um lugar e outros problemas que afetam seu futuro são melhor entendidos por uma sequência de coleta e análise de informação antes de tomar decisões. Entender a significância cultural vem primeiro, depois o desenvolvimento de política e finalmente o gerenciamento do lugar de acordo com a política. Este é o Processo da Carta de Burra. 6.2 Política de gerenciamento de um lugar deve ser baseada no entendimento de sua significância cultural. 6.3 Desenvolvimento de política deve incluir também considerações de outros fatores que afetam o futuro do lugar como as necessidades do dono, materiais, restrições externas e sua condição física. 6.4 Desenvolver uma política efetiva, formas diferentes de manter a significância cultural e agregar outros fatores podem ser necessários explorar. 6.5 Mudanças nas circunstâncias, ou novas informações ou perspectivas, podem requerer reiterações de partes ou de todo o Processo da Carta de Burra.	O Processo da Carta de Burra, ou a sequência de investigações, decisões e ações, é ilustrado abaixo e com mais detalhes no fluxograma anexo que forma parte da carta. Entendendo a significância > Desenvolvendo política > Gerenciamento de acordo com a política. Opções consideradas podem incluir gama de usos e mudanças (ex: adaptações) de um lugar.

ARTIGO 7: USO 7.1 Onde o uso de um lugar faz parte de sua significância cultural, deve-se manter. 7.2 Um lugar deve ter um uso compatível.	A política deve identificar o uso ou a combinação de usos ou restrições de usos que mantêm a significância cultural do lugar. O novo uso de um lugar deve envolver mudança mínima para o tecido e uso significativos; deve respeitar associações e significados; e quando apropriado deve garantir a continuidade de atividades e práticas que contribuem para a significância cultural do lugar.
ARTIGO 8: CONTEXTO Conservação requer a retenção de um contexto apropriado. Isso inclui a retenção de contextos visuais e sensoriais, bem como a retenção de relações espirituais e outras relações culturais que contribuem para a significância cultural do lugar. Nova construção, demolição, invasões ou outras mudanças que afetariam negativamente o contexto ou suas relações não são apropriadas.	Contexto é explicado no Artigo 1.12.
ARTIGO 9: LOCALIZAÇÃO 9.1 A localização física de um lugar é parte de sua significância cultural. Uma construção, obra ou outro elemento de um lugar deve permanecer em sua localização histórica. Realocar geralmente é inaceitável a menos que seja o único meio prático de garantir sua sobrevivência. 9.2 Algumas construções, obras e outros elementos do lugar foram designados para serem removíveis ou já possuem um histórico de realocação. Desde que estas construções, obras e outros elementos não tenham ligações	

significativas com suas localizações atuais, a remoção pode ser apropriada. 9.3 Se qualquer construção, obra ou outro elemento é movido, este deve ser movido para um local apropriado e dado um uso apropriado. Esta ação não deve ser feita em detrimento de qualquer lugar com significância cultural.	
ARTIGO 10: CONTEÚDOS Conteúdos, acessórios e objetos que contribuem com a significância de um lugar devem ser mantidos naquele lugar. Sua remoção é inaceitável a menos que: seja a única forma de garantir sua segurança e preservação; seja de caráter temporário para tratamento ou exibição; por razões culturais; por saúde e segurança; ou para proteger o lugar. Estes conteúdos, acessórios e objetos devem retornar quando as circunstâncias permitirem e for culturalmente apropriado.	Por exemplo, a repatriação (devolução) de um objeto ou elemento para um lugar pode ser importante para culturas indígenas, e pode ser essencial para a retenção de sua significância cultural. Artigo 28 cobre as circunstâncias onde o tecido significativo pode ser perturbado, por exemplo, durante escavações arqueológicas. Artigo 33 lida com tecidos significativos que foram removidos de um lugar.
ARTIGO 11: LUGARES E OBJETOS RELACIONADOS A contribuição que lugares relacionados e objetos relacionados dão à significância cultural do lugar devem ser mantidos.	
ARTIGO 12: PARTICIPAÇÃO Conservação, interpretação e gerenciamento de um lugar devem prover a participação de pessoas as quais o lugar tem associações e significados importantes, ou que tenham responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades para o lugar.	
ARTIGO 13: COEXISTÊNCIA DE VALORES CULTURAIS Valores culturais coexistentes devem sempre ser reconhecidos, respeitados e	Para alguns lugares, valores culturais conflitantes podem afetar a política de

encorajados. Isto é especialmente importante em casos em que eles conflitam.	desenvolvimento e decisões de gerenciamento. No Artigo 13, o termo “valores culturais” refere-se àquelas crenças que são importantes para um grupo cultural, incluindo, mas não limitado, a crenças políticas, religiosas, espirituais e morais. Isso é mais amplo que valores associados com significância cultural.
--	---

Tabela 02: Artigos 2 ao 13 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.

Fonte: The Burra Charter, 2013 (tradução nossa).

PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO	
ARTIGO 14: PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO Conservação deve, de acordo com a circunstância, incluir os processos de: retenção ou reintrodução de um uso; retenção de associações e significados; manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e interpretação; e normalmente incluirá a combinação de mais de um desses.	Conservação normalmente procura retardar a deterioração, a menos que a significância do lugar dite o contrário. Pode haver circunstâncias onde nenhuma ação é requerida para adquirir a conservação.
ARTIGO 15: MUDANÇA 15.1 Mudança pode ser necessária para manter a significância cultural, mas é indesejável quando reduz a significância cultural. A quantidade de mudanças de um lugar e seu uso devem ser guiados pela significância cultural do lugar e sua interpretação apropriada. 15.2 Mudanças que reduzem a significância cultural devem ser reversíveis, e reverter quando as circunstâncias permitirem.	Quando a mudança está sendo considerada, incluindo o uso temporário, uma gama de opções deve ser explorada para encontrar a opção que minimize qualquer redução de sua significância cultural. Pode ser apropriado mudar o lugar onde isso reflita na mudança do significado e de práticas culturais em um lugar, mas a significância do lugar deve sempre ser respeitada. Mudanças reversíveis devem ser consideradas temporariamente. Mudanças não reversíveis devem ser usadas somente como último recurso e não devem impedir futuras ações de conservação.

15.3 Demolição de um tecido significativo de um lugar geralmente não é aceito. Todavia, em alguns casos uma pequena demolição pode ser apropriada como parte da conservação. O tecido significativo removido deve ser reintegrado quando as circunstâncias permitirem. 15.4 As contribuições de todos os aspectos da significância cultural de um lugar devem ser respeitadas. Se um lugar inclui tecido, usos, associações ou significados de diferentes períodos, ou diferentes aspectos da significância cultural, enfatizando ou interpretando um período ou aspecto às custas de outro só se justifica quando o que foi deixado de fora, removido ou diminuído tem uma significância cultural menor e o que foi enfatizado ou interpretado tem uma significância cultural muito maior.	
ARTIGO 16: MANUTENÇÃO Manutenção é fundamental para a conservação, devendo ser realizada onde o tecido tem significância cultural e sua manutenção é necessária para manter a significância cultural.	Manutenção de um lugar pode ser importante para o cumprimento de leis e costumes tradicionais de algumas comunidades indígenas e outros grupos culturais.
ARTIGO 17: PRESERVAÇÃO Preservação é apropriado quando o tecido existente ou sua condição constituem evidências de significância cultural, ou quando evidências insuficientes não permitem outros processos de conservação.	Preservação protege o tecido sem obscurecer evidência de sua construção e uso. O processo deve sempre ser aplicado: - onde a evidência do tecido é de tanta significância que não deve ser alterado; ou - onde investigações foram insuficientes para permitir que decisões políticas sejam tomadas de acordo com os Artigos 26 a 28. Novo trabalho (ex: estabilização) pode ser realizado junto com a preservação quando seu propósito é a proteção

	física do tecido e quando for consistente com o Artigo 22.
ARTIGO 18: RESTAURAÇÃO E RECONSTRUÇÃO Restauração e reconstrução devem revelar aspectos culturalmente significativos de um lugar.	
ARTIGO 19: RESTAURAÇÃO Restauração é apropriada somente se houver evidência suficiente de um antigo estado do tecido.	
ARTIGO 20: RECONSTRUÇÃO 20.1 Reconstrução é apropriado somente quando um lugar está incompleto por dano ou alteração, e somente quando há evidência suficiente para reproduzir um estado anterior do tecido. Em alguns casos, reconstrução pode ser apropriada como parte de um uso ou prática que retenha a significância cultural do lugar. 20.2 Reconstrução deve ser identificável em uma inspeção minuciosa ou a partir de uma interpretação adicional.	Lugares com valores sociais ou espirituais podem garantir reconstrução, mesmo que haja muito pouco restante (ex: apenas fundações de uma construção ou troncos de árvores após incêndio, enchente ou tempestade). A exigência por evidência suficiente para a reprodução de um estado anterior ainda se aplica.
ARTIGO 21: ADAPTAÇÃO 21.1 Adaptação é aceitável somente onde a adaptação tem impacto mínimo na significância cultural do lugar. 21.2 Adaptação deve envolver mudanças mínimas no tecido significativo, alcançadas somente após considerar alternativas.	Adaptação pode envolver adições ao lugar, a introdução de novos serviços, ou um novo uso, ou mudanças para salvaguardar o lugar. Adaptação de um lugar para um novo uso refere-se normalmente a “reuso adaptativo” e deve ser consistente com o Artigo 7.2.
ARTIGO 22: NOVO TRABALHO 22.1 Novo trabalho como adições ou	Novo trabalho deve respeitar a

outras mudanças do lugar podem ser aceitas quando respeita e não distorce ou obscurece a significância cultural do lugar, ou desvirtua sua interpretação e apreciação. 22.2 Novo trabalho deve ser prontamente identificável, mas deve respeitar e ter impacto mínimo na significância cultural do lugar.	significância de um lugar a partir da consideração de sua localização, volume, forma, escala, caráter, cor, textura e material. Imitações geralmente devem ser evitadas. Novo trabalho deve ser consistente com os Artigos 3, 5, 8, 15, 21 e 22.1.
ARTIGO 23: RETENÇÃO OU REINTRODUÇÃO DE USO Reter, modificar ou reintroduzir um uso significativo podem ser formas apropriadas e preferíveis de conservação.	Estas podem alterar o tecido significativo, mas devem ser minimizadas. Em alguns casos, a continuidade de um uso, atividade ou prática significativos podem envolver um trabalho substancial novo.
ARTIGO 24: RETENÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E SIGNIFICADOS 24.1 Associações significativas entre pessoas e um lugar devem ser respeitadas, mantidas e não obscurecidas. Oportunidades para interpretação, comemoração e celebração dessas associações devem ser investigadas e implementadas. 24.2 Significados importantes, incluindo valores espirituais, de um lugar devem ser respeitados. Oportunidades para a continuidade ou ressurgimento desses significados devem ser investigados e implementados.	Para muitos lugares as associações serão ligadas aos aspectos de uso, incluindo atividades e práticas. Algumas associações e significados podem não ser aparentes e precisarão de pesquisas.
ARTIGO 25: INTERPRETAÇÃO A significância cultural de muitos lugares não está facilmente aparente, e deve ser explicada pela interpretação. Interpretação deve elucidar o entendimento e o engajamento, e ser culturalmente apropriada.	Em algumas circunstâncias qualquer forma de interpretação pode ser culturalmente inapropriada.

Tabela 03: Artigos 14 ao 25 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.

Fonte: The Burra Charter, 2013 (tradução nossa).

PRÁTICA DA CONSERVAÇÃO	
ARTIGO 26: APLICANDO O PROCESSO DA CARTA DE BURRA 26.1 Trabalhar em um lugar deve ser precedido por estudos para entender este lugar onde deve incluir a análise de evidências físicas, documentais, orais e outras, baseando-se no conhecimento, habilidades e disciplinas apropriados. 26.2 Declarações escritas da significância cultural e da política para o lugar devem ser preparados, justificados e acompanhados por evidências apoiadoras. A declaração de significância e política devem ser incorporadas a um plano de gerenciamento para o lugar. 26.3 Grupos e indivíduos com associações com o lugar bem como os envolvidos em seu gerenciamento devem ser providos de oportunidades para contribuir e participar na identificação e na compreensão da significância cultural do lugar. Quando apropriado eles também devem ter oportunidades de participar da sua conservação e gerenciamento. 26.4 Declarações de significância cultural e política para o lugar devem ser revisadas periodicamente, e ações e suas consequências monitoradas para garantir adequação e efetividade.	Os resultados dos estudos devem ser acompanhados de registros, regularmente revistos e revisados se necessário. Política deve abordar todas as questões relevantes, como uso, interpretação, gerenciamento e mudança. Um plano de gerenciamento é um documento útil para o registro do Processo da Carta de Burra, que indica os passos para planejar e gerenciar um lugar de significância cultural (Artigo 6.1. e fluxograma). Estes planos normalmente são chamados de planos de gerenciamento de conservação e às vezes têm outros nomes. O plano de gerenciamento pode lidar com outras questões relacionadas ao gerenciamento do lugar. Monitorar as ações empreendidas caso haja consequências imprevistas.
ARTIGO 27: GERENCIANDO	

MUDANÇA 27.1 O impacto de mudanças propostas, incluindo mudanças incrementadas, na significância cultural de um lugar deve ser avaliado com a declaração de significância e a política de gerenciamento do lugar como referências. Pode ser necessário modificar mudanças propostas para melhor assegurar a significância cultural. 27.2 Tecido, uso, associações e significados existentes devem ser registrados adequadamente antes e depois de qualquer mudança feita no lugar.	
ARTIGO 28: PERTURBAÇÃO DO TECIDO 28.1 Perturbação do tecido significativo para estudo, ou para obter evidência, deve ser minimizada. Estudo de um lugar por meio de perturbação do tecido, incluindo escavação arqueológica, deve ser realizado somente para coletar informações essenciais para decisões da conservação do lugar, ou para obter importante evidência que está prestes a se perder ou se tornar inacessível. 28.2 Investigação de um lugar que requer perturbação do tecido, além da que é necessário para a tomada de decisões, pode ser apropriado desde que seja consistente com a política do lugar. Esta investigação deve ser baseada em importantes questões de pesquisa que têm o potencial de agregar substancialmente ao conhecimento, que não poderiam ser respondidas de outra forma e que minimizem a perturbação do tecido significativo.	
ARTIGO 29: RESPONSABILIDADE	

As organizações e os indivíduos responsáveis pelo gerenciamento e pelas decisões devem ser nomeados e terem suas responsabilidades especificadas para cada decisão.	
ARTIGO 30: DIREÇÃO, SUPERVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO Direção e supervisão competentes devem ser mantidas em todos os estágios, e qualquer mudança deve ser implementada por pessoas com conhecimento e habilidades apropriadas.	
ARTIGO 31: MANTENDO UM REGISTRO Nova evidência pode vir à tona enquanto a política ou o plano para o lugar estão sendo implementados. Outros fatores podem surgir e requerem novas decisões. Um registro de novas evidências e decisões adicionais deve ser mantido.	Novas decisões devem respeitar e ter mínimo impacto na significância cultural do lugar.
ARTIGO 32: ANOTAÇÕES 32.1 Essas anotações associadas com a conservação do lugar devem ser postas em um arquivo permanente e publicamente disponíveis, sujeitas a requisitos de segurança e privacidade, e quando forem apropriadas culturalmente. 32.2 Anotações sobre a história do lugar devem ser protegidas e disponíveis publicamente, sujeitas a requisitos de segurança e privacidade, e quando forem culturalmente apropriadas.	
ARTIGO 33: TECIDO REMOVIDO Tecido significativo que foi removido de um lugar incluindo conteúdo, acessórios e objetos, devem ser catalogados, e protegidos de acordo com sua	

significância cultural. Quando possível e culturalmente apropriado, tecidos significativos incluindo conteúdos, acessórios e objetos, devem ser mantidos no lugar.	
ARTIGO 34: RECURSOS Recursos adequados devem ser fornecidos para a conservação.	A melhor conservação costuma envolver o menor trabalho e pode ser barato.

Tabela 04: Artigos 26 ao 34 da Carta de Burra (2013) e notas explanatórias.

Fonte: The Burra Charter, 2013 (tradução nossa).

4.1. Interpretação Fenomenológica

Para que se possa compreender melhor o restauro e as suas vertentes, principalmente as contemporâneas, a análise da Carta de Burra (2013) sob a ótica fenomenológica torna-se relevante. Ainda que, talvez não tão evidente, termos e significados que constam tanto na premissa da corrente quanto nos artigos das Cartas se relacionam. Para ilustrar esta relação, nem todos os artigos apresentados no capítulo anterior serão abordados: somente os mais emergentes, com relação à fenomenologia, já que esta corrente auxilia na compreensão da Carta e de processos de conservação e de salvaguarda.

Dentro do Artigo 1: Definições, existem 17 subtópicos com palavras chaves importantes que irão nortear toda a Carta, e alguns desses tópicos são relevantes para se conectarem com a questão fenomenológica. Dentre eles, o subtópico 1.1 Lugar descreve dimensões tangíveis e intangíveis, que incluem elementos, objetos, espaços e vistas. Um lugar, então, precisa conter os subtópicos 2.2 Significância Cultural e 2.3. Tecido. Enquanto o primeiro é o conjunto de valores de um lugar, que consiste em aspectos mais simbólicos, como os valores histórico, social e espiritual, o segundo é todo o material físico que existe ali e que detenha essa significância. A significância pode ser entendida como o caráter do lugar, o mesmo caráter apreendido por Norberg-Schulz (1976) ao descrever o *genius loci*, o espírito do lugar. Além disso, o que está exposto no artigo da significância também afirma que podem existir uma gama de valores para diferentes grupos ou indivíduos de acordo com nossas experiências e nível de proximidade com aquele lugar. Portanto, a significância cultural pode ser entendida como a multiplicidade de um lugar (SOKOLOWSKI, 1999). Essa multiplicidade só se dá, todavia, quando se criam significados específicos a partir da junção do lugar com o tecido nele contido. Resume-se essa afirmação a partir do que Pallasmaa (1996) afirma sobre o significado de projetar arquitetura: não é necessariamente a forma, mas o que a forma representa em símbolos e interpretações; sentimentos e imagéticas mais ou menos comuns relacionados ao construir.

Já o subtópico 1.4 Conservação, afirma que devem ser feitos todos os processos necessários para manter a significância cultural de um lugar. Sob a ótica fenomenológica, é um processo de extrema importância, já que precisamos de uma

redução, *epoché*, e introspecção para encontrarmos a essência daquilo que analisamos e damos significado.

O subtópico 1.12 Contexto significa o ambiente imediato e estendido de um lugar e que é parte da significância cultural deste lugar. A importância de um contexto é defendida por Christian Norberg-Schulz em “O fenômeno do lugar” (1976). Sobre o contexto, o autor afirma:

“Olhando uma construção desse ponto de vista, temos de examinar como ela repousa sobre o solo e como se ergue para o céu. Uma atenção especial deve ser dedicada às fronteiras laterais, ou paredes, que contribuem decisivamente para determinar o caráter do ambiente *urbano*. [...] A estrutura do lugar se expressa em totalidades ambientais que incluem os aspectos do espaço e de seu caráter. Esses lugares são chamados de ‘países’, ‘regiões’, ‘paisagens’, ‘assentamentos’ e ‘construções’.” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 451-452).

Os subtópicos 1.15 Associações, 1.16 Significados e 1.17 Interpretação são bastante relacionados a partir do que cada um quer dizer: enquanto o primeiro destaca as conexões entre pessoas e o lugar, o segundo denota o que um lugar significa, indica, evoca ou expressa para pessoas e o terceiro significa todas as formas de se demonstrar a significância cultural. O que há em comum entre os três subtópicos está na relação com a pessoa ou grupo de indivíduos e com o lugar ao qual estão associados. Quanto a essa relação:

“‘Identificação’ significa, para os fins desta análise, ter uma relação ‘amistosa’ com determinado ambiente. [...] A identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 456-457).

Enquanto a significância confere identidade ao ser humano, o ser humano enquanto ator social também confere significado ao lugar a partir das construções, uma forma de apreensão dos símbolos resgatados. Segundo Kosik (1963), o mundo real é aquele em que as coisas são consideradas produtos do homem social.

Do Artigo 2 ao Artigo 13, entra-se nos princípios de conservação, onde todos os termos apresentados no Artigo 1 são utilizados e já existe uma familiaridade com eles. O Artigo 3: Abordagem Cautelosa defende a mudança necessária, mas o minimamente possível, pois a conservação respeita o existente. É necessário analisar atentamente todas as adições, alterações e tratamentos anteriores, pois estes atos podem reter a significância do lugar. A abordagem cautelosa defende

todos esses princípios juntamente com o foco em ajudar os entendimentos do lugar e não dificultá-los. Neste raciocínio, o emprego de materiais adequados também reforça a leitura do caráter de um lugar, pois o sentido da obra nasce da existência de significados de certos materiais que só vão existir em um determinado lugar (ZUMTHOR, 1988 apud OLIVEIRA, 2007, p. 269).

O Artigo 5: Valores explica que a conservação de um lugar deve identificar e levar em consideração todos os aspectos da significância cultural e natural, mas também reconhece que uma abordagem cautelosa é necessária a partir da compreensão de que a significância pode mudar com o tempo; seu caráter pode mudar. Por isso a importância de manter em evidência tais valores, é uma forma de demonstrar a multiplicidade de um lugar a partir de quem os vivencia.

Já o Artigo 7: Uso considera que todos os usos daquele lugar que contenham a significância cultural devem ser conservados, assim como os novos possíveis usos devem dialogar com a significância, logo, com seus valores, logo, com seu caráter.

O Artigo 8: Contexto, o Artigo 9: Localização e o Artigo 10: Conteúdo dialogam entre si quanto ao fenômeno do espaço e do lugar. Enquanto o primeiro defende que a conservação deve reter um contexto apropriado, o que inclui contextos visuais e sensoriais, bem como espirituais, e que todos eles contribuem para a significância, o segundo diz que a localização física de um lugar faz parte da significância cultural e o terceiro informa que todos os objetos e acessórios dentro desta localização e que contribuam para a significância devem ser protegidos e, de preferência, permanecer no lugar. De acordo com Pallasmaa (1996), entrar na esfera de influência de um prédio e pisar em seu território e olhar pela janela para ter-se uma ligação com a paisagem - seu contexto e sua localização - são sentimentos primordiais que a arquitetura, sob a ótica da fenomenologia, deve proporcionar. Sobre a influência destes artigos no “lugar”:

“A qualidade ambiental que protege o ser humano de perder-se é denominada por Lynch de ‘imagibilidade’, que designa ‘aquela forma, cor ou organização que facilita a formação de imagens mentais vividamente identificadas, fortemente estruturadas e de grande utilidade do ambiente’.”
(NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 456).

Ou seja, o contexto, a localização e o conteúdo devem ser conservados porque nos situamos em um lugar se ele de fato nos pertence, se eles nos dão identidade.

No Artigo 12: Participação, a Carta defende o envolvimento de estratos diferentes de pessoas e de grupos de indivíduos que possuem associações com o lugar em questão. A ideia de que pessoas ligadas ao lugar devem gerenciar, conservar e interpretar o lugar está diretamente ligado com o que já foi explanado por Norberg-Schulz (1976) quando o autor afirma que a identidade das pessoas está diretamente ligada aos lugares e às coisas nestes lugares. É uma via de mão dupla, onde reforçamos nossa identidade ao mesmo tempo que salvaguardamos a significância cultural de um lugar.

A partir do Artigo 14 até o Artigo 25, a Carta de Burra entra nos processos de conservação. Estes processos colocam o foco sempre em manter a significância do lugar, sua essência, seu caráter. O Artigo 16: Manutenção, o Artigo 17: Preservação, o Artigo 18: Restauração e reconstrução, o Artigo 19: Restauração, o Artigo 20: Reconstrução e o Artigo 21: Adaptação são todos ligados ao caráter de um lugar a partir da manutenção, da preservação, da restauração ou da reconstrução de um tecido (Artigo 1.3) que contenha significância cultural. Especificamente, na reconstrução, recomenda-se que seja identificável em uma inspeção minuciosa para entender as diferenças entre o que foi refeito e o que foi preservado, já que a teoria do restauro contemporânea condena a criação de pastiches (TIESDELL, O.C., HEATH, 1996, p. 166-207 apud VIEIRA, 2008, p. 6). A adaptação, por fim, é aceitável quando não fere a significância cultural, assim como são aceitos acréscimos que contribuam para a salvaguarda do lugar. Por isso, é mais interessante a compreensão fenomenológica como um ato introspectivo e pessoal do que como um ato de redução imparcial, já que o lugar sempre está evoluindo e as experiências serão diferentes para um indivíduo e para outro, reforçando novamente a importância de diversas parcelas da população para participarem da salvaguarda.

O Artigo 24: Retenção de associações e significados destaca a importância de evidenciar estes valores e resgatá-los caso estejam obscurecidos, seja pela perturbação do tecido existente, seja pela evolução do lugar que trouxe valores em detrimento a outros. Neste caso, ainda que a evolução seja válida, o caráter de um lugar deve ser mantido, assim como a evidência da passagem histórica por ele.

No Artigo 25: Interpretação, é explicado que a significância cultural deve ser elucidada por meio de uma interpretação culturalmente apropriada para o lugar.

Estes tipos de interpretação só podem ser considerados quando se tem um vínculo com o lugar em questão. Sobre este ponto, “o efeito da construção deve ter uma contrapartida no mundo da experiência do observador” (PALLASMAA, 1996, p. 485). Do Artigo 26 ao 34, que é o último da Carta, encontra-se a prática da conservação. Depois de entender as definições, os princípios e os processos, o momento de pôr em prática após a compreensão da significância e a criação de políticas de conservação é o último passo para garantir uma proteção adequada ao patrimônio cultural. Por fim, o Artigo 30: Direção, supervisão e implementação dizem que a direção e supervisão apropriada devem estar presentes em todos os passos da conservação, e eventuais implementações devem ser feitas por pessoas com conhecimentos e habilidades adequadas. Ainda que seja válido a participação de grupos e de indivíduos com vínculo emocional, espiritual, histórico, social etc. para o entendimento do lugar, de suas interpretações e de seus valores, a prática da conservação deve ser entregue aos que são profissionalmente competentes para tal. Como já citado, “o homem ‘recebe’ o ambiente e faz convergir para ele as construções e as coisas” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 452). O ato de se construir, então, torna-se uma forma de manifestar os símbolos, os valores, as interpretações daquele lugar, um lugar de caráter único que conversa, mesmo que de formas e de graus diferentes, com aqueles que vivenciam e experienciam o lugar. E experimentar a arte nada mais é do que um diálogo entre a obra e a pessoa que a percebe, excluindo todas as outras influências externas que não a própria subjetividade (PALLASMAA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a introdução sobre a fenomenologia, ficou esclarecido o que a corrente filosófica defende e que, além de os verdadeiros significados estarem em nossa consciência, estão também nas coisas que nos são apresentadas dispostas no mundo e como as experienciamos pela chamada “intencionalidade”. Verificou-se a importância da redução fenomenológica para atingirmos a essência do objeto, mas sem deixar de lado nossas próprias vivências, bem como a ideia de que há multiplicidades em um objeto, formas diferentes de entendermos o que analisamos.

Além disso, foi possível compreender melhor a aplicação da fenomenologia dentro do âmbito da arquitetura e do urbanismo, pois, se a corrente trata da busca pela essência a partir de sua redução, precisamos entender o caráter do lugar, já que ele nos fornece uma identidade própria. Ocorre que a união do lugar com os materiais nele aplicados não pode, nem deve, ser reproduzida em outro lugar, com contextos diferentes. A busca pelo caráter/espírito do lugar surge a partir do resgate do termo *genius loci*. Além disso, a fenomenologia, enquanto método para se fazer arquitetura, busca atingir os sentimentos primordiais que a obra tenta transmitir aos seus usuários, pois a construção, além da sua composição, é o que ela pode simbolizar. Tais sentimentos podem ser mais ou menos semelhantes, mas dialogam com a fenomenologia exatamente por respeitar as individualidades de cada um e as formas únicas de se enxergar o lugar. Por fim, colocou-se em destaque o exemplo de arquitetura fenomenológica, ilustrado pelo projeto do arquiteto Tadao Ando. A obra analisada foi a Igreja da Luz e seus elementos contribuem para uma experiência não só imersiva, como também essencial para uma tipologia religiosa. Tadao Ando usou um bloco de concreto simples para constituir o interior da igreja, sem adornos, pois o verdadeiro foco da experiência religiosa está na meditação, contemplação e contato com o divino. Para tanto, na parede leste, ele abriu um rasgo em formato de cruz para o sol nascente atingi-la e iluminar o ambiente com uma luz *celeste*.

O capítulo seguinte teve como proposta analisar a evolução da teoria do restauro com as discussões internacionais, bem como demonstrar uma prática obsoleta de restauro que ainda perdura no Brasil, mesmo que o país em si tenha se tornado mais ativo nos debates. A problemática foi apontada a partir de dois pontos importantes: a criação do SPHAN na década de 1930, muito tempo após as

discussões iniciais de John Ruskin e Viollet-le-Duc - além de entender que o Brasil é um país mais novo do que os da Europa -, e um projeto contemporâneo de restauro feito no Recife que descaracteriza não somente a construção como o sítio em que ela se situa. A partir disso, entende-se que a evolução das teorias do restauro encontra paralelos com a fenomenologia, após o fim da Segunda Guerra Mundial, uma vez que, tendo em vista a destruição de muitas cidades europeias, houve uma ênfase em reafirmar a identidade dos lugares. Nesse sentido, a união de ambos os temas se torna mais notória com as teorias contemporâneas, as quais estimulam a participação de pessoas que têm ligação com o patrimônio, pois o foco está em suas subjetividades, em suas interpretações do objeto e na forma como o objeto se traduz em símbolos.

O último capítulo foca em analisar a Carta de Burra (2013) e seus artigos pela seguinte lógica: a última revisão da Carta data de 2013, ou seja, suas definições estão atualizadas para a contemporaneidade. Assim sendo, o documento é uma importante representação do método de se pensar o restauro e a salvaguarda do patrimônio, a partir da premissa da significância cultural, que é a reunião dos mais diversos valores que um lugar incorpora. O intuito de analisar a Carta sob a ótica fenomenológica está exatamente no reforço das experiências pessoais de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, assegurando a significância do lugar que é reunido por meio dos valores que cada um tem atribuído ao patrimônio. Ou seja, se a Carta é uma forma de se guiar na hora de pensar em projetos de restauro e de conservação responsáveis, é ideal que seja aplicada a abordagem fenomenológica para destacar a importância das pessoas e o potencial simbólico (seja um simbolismo social, estético, histórico, cultural, espiritual etc.) que o patrimônio venha a apresentar.

Elucidar as questões do restauro para que o Brasil possa desprender-se da premissa obsoleta de “retorno ao original” e participar com mais afinco dos debates internacionais são os focos não só da visão fenomenológica como metodologia para se pensar no restauro, como também da fenomenologia como parte natural desse viés arquitetônico e urbanístico. Assim, o trabalho buscou contribuir com reflexões para a teoria e a prática do restauro, bem como influenciar novos trabalhos que ampliem o discurso e se tornem capazes de atingir mais camadas da população. Uma vez reconhecida a identidade de um lugar, o patrimônio tende a ser mais

valorizado. Por outro lado, espera-se que a adoção deste tipo de abordagem possa contribuir para o aprimoramento do restauro e da conservação, levando-se em conta a inclusão de materiais contemporâneos que notifiquem a passagem do tempo. A discussão é ampla e assim são suas interpretações quanto ao destino do patrimônio, mas, no meio de todas essas questões, a valorização da arquitetura e do urbanismo responsável estará sempre em primeiro lugar.

REFERÊNCIAS

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje, *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 35-47;

DO CARMO, Fernanda Heloísa; VICHNEWSKI, Henrique; PASSADOR, João; TERRA, Leonardo. Cesare Brandi. Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.01, Vitruvius, fev. 2016 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5946>>;

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. *MIDAS* [Online]: 1, 2013;

ICOMOS. Carta de Veneza. In: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, 1964;

ICOMOS Australia. (2013). The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013;

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 3.ed. Paz e Terra, p. 3-54;

KROLL, Andrew. "Clássicos da Arquitetura: Igreja da Luz / Tadao Ando" [AD Classics: Church of the Light / Tadao Ando Architect & Associates] 12 Ago 2016. ArchDaily Brasil. (Trad. SOUZA, Eduardo) Acessado 11 Set 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/793152/classicos-da-arquitetura-igreja-da-luz-tadao-ando>> ISSN 0719-8906

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Carta do Restauro. Governo da Itália, 1972;

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. *Fenomenologia do significado e do lugar*. p.443-461, 1976;

OLIVEIRA, Alda Mirian Augusto de. A partir das coisas. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG), v. 14, p. 267-271, 2007;

PALLASMAA, Juhani. A Geometria do Sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura, 1996;

SOKOLOWSKI, Robert. Introdução à fenomenologia. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 7-85;

SOUZA, Maria Ângela. Introdução à construção do conhecimento. Bases teórico-metodológicas do pensamento de Michael Foucault. 04/04/2022;

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008;

VIEIRA, Natália Miranda. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto. 2014.